



HOMOSSEXUALIDADE, FAMÍLIA E MICROPOLÍTICAS DA ACEITAÇÃO

Leandro de Oliveira¹

Este trabalho apresenta reflexões exploratórias sobre as formas como jovens gays vivenciam as relações com suas famílias de origem e outras redes sociais, inserindo-se no escopo mais abrangente de meu projeto de doutorado em antropologia social. Procuo refletir sobre idiomas culturais empregados para falar de *relacionalidade* e sobre as relações de poder correlatas. Analisarei adiante um relato fornecido no ano 2008 por um sujeito acessado através de uma rede de sociabilidade gay, que tematiza de forma particularmente densa os nexos complexos laços de família, orientação sexual e exercício da sexualidade.

Nos anos 1990 o debate acerca da família reemerge no campo da antropologia, após mais de uma década de relativo silêncio. O tema é reativado a partir de críticas levantadas por pesquisadores alinhados à agenda dos movimentos *queer* e feminista. Esse campo de estudos seria caracterizado por uma heterogeneidade de objetos, aos quais seria aplicado um olhar com certos traços comuns. A família, antes acionada como unidade natural, passa a ser considerada um espaço poroso, articulando fenômenos que se estendem muito além da esfera doméstica: flutuações no mercado de emprego, políticas de financiamento da casa própria, relações estabelecidas com babás, patrões, pais biológicos de filhos adotivos, etc (Fonseca, 2007:30). No campo dos estudos de gênero, a crítica feminista sobre o tema do “parentesco” conduziu a uma atenção à esfera da ação social, mais que a normas culturais (Yanagisako e Colier, 1987). A família deixa de ser tomada como um *a priori*, passando a ocupar a posição de objeto de investigação: dinâmicas de conectividade entre pessoas que precisam ser analisadas a partir dos contextos específicos.

No campo das ciências sociais, a interseção entre os temas *diversidade sexual* e *família* vem sendo explorada em estudos sobre novas formas de conjugalidade e parentalidade que se visibilizam recentemente. Estes trabalhos foram impulsionados, inicialmente, pelos debates na esfera pública sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo e disputas em torno de direitos previdenciários (Mello, 2005), tendo se direcionado progressivamente para a esfera da intimidade, focalizando a singularidade dos arranjos domésticos e abrindo para temas como adoção e criação de crianças, famílias monoparentais, etc (Uziel, 2007; Grossi, Uziel e Mello, 2007; Tarnovski, 2004). A tônica, nesta produção, é investigar a aquisição de relações sociais por pessoas não-heterossexuais e o seu

¹ Doutorando em Antropologia Social (PPGAS/ MN/ UFRJ). Contato: leandroclam@yahoo.com.br.



reconhecimento ou não enquanto um tipo de relação familiar. Existe um ponto cego, contudo, sobre o modo como são constituídos e geridos os laços desses sujeitos com suas famílias de origem.

O estigma associado à homossexualidade, que pode ser ocultado por mecanismos de controle da informação sobre si, não é compartilhado com o grupo familiar de origem, como os estigmas associados a raça e religião (Pecheny, 2004). Esse modo de constituição da identidade pode fazer com que o homossexual perceba sua intimidade, sua “vida verdadeira”, como situada nessa esfera das relações de amizade com seus pares na diferença, regida pelo silêncio e pelo segredo, equacionando o ambiente familiar aos espaços públicos, regidos pela convenção e coerção (Pollak, 1990: 29-30). Deve-se levar em conta que para além de uma divisão simbólica que marque esses ambientes como fundamentalmente distintos, as estratégias de controle da informação sobre a própria orientação sexual em diferentes redes sociais podem ser bastante complexas.²

Uma representação muito difundida acerca da relação de pessoas LGBT com suas famílias de origem avalia esses vínculos a partir da maior ou menor ‘tolerância’ que neles se atualiza. Um documento que registra e exemplifica esse tipo de representação é um material educativo produzido pela ABIA no âmbito de suas oficinas sobre diversidade sexual. Esse texto, elaborado a partir do discurso de jovens homossexuais de camada popular, alude ao dito popular “prefiro meu filho morto a ter um filho veado” e narra a história de um jovem que, revelando sua identidade homossexual ao pai, é vítima de agressão física (Rios, Almeida e Parker, 2005). A partir desse episódio, são propostos “outros caminhos” para a relação com a família, referidos pela categoria *aceitação*. Conforme expresso nesse documento, os jovens que participaram das oficinas valorizam como ideal o estabelecimento de uma relação de *amor e diálogo* com os familiares, *abolindo* toda forma de *violência*. A ênfase é na luta contra a homofobia e na reivindicação por *respeito e aceitação*.

Sob tal perspectiva, haveria famílias conservadoras, ‘homofóbicas’, e famílias que respeitam a diversidade sexual, em consonância com um *ethos* mais ‘igualitário’ e ‘moderno’. É possível que sujeitos que aderem ao processo de visibilização da diversidade sexual na esfera pública estejam

² O segredo sobre a orientação sexual e sua publicização podem ser, eventualmente, representados por meio de oposições dicotômicas: “sair do armário”, “estar no armário”, “assumir-se” ou “não assumir-se”. Contudo, sob essas aparentes antinomias existe um emaranhado de relações sociais envolvendo estratégias de controle sobre a informação que circula em tais e quais redes. O segredo e o *coming out* podem significar muitas coisas, dependendo de para qual platéia e sob que circunstâncias é desempenhada uma cena de revelação ou ocultamento: encenações de revelação e ocultamento que têm curso de formas específicas em diferentes círculos sociais, com graus maiores ou menores de eficácia. O que está em jogo aqui são processos locais de constituição de fronteiras, porosas e dinâmicas, entre público e privado. A questão pertinente, de um ponto de vista antropológico, não é “se” tais ou quais pessoas *se assumem* ou *ficam no armário*, e sim “como” essas categorias são empregadas por sujeitos socialmente posicionados para circunscrever, no discurso sobre si e sobre os outros, diferentes tipos de experiência social.



mais sensibilizados pra perceber suas relações familiares sob essa ótica.³ Suspeito, contudo, que mesmo para pessoas que avaliem suas relações por meio desta oposição, é possível que estas sejam vividas com muito mais tons de cinza do que se imaginaria a princípio.

Outro modo de olhar pra essas questões poderia ser ensaiado pelo diálogo com os estudos sobre parentesco na antropologia, um campo que remonta aos primórdios da formação da disciplina. Uma forma pela qual o parentesco foi tratado teoricamente na antropologia foi por meio da dicotomia “obrigação” *versus* “afeto”. Acreditava-se que certas relações de parentesco seriam relações mais estritamente jurídicas, como aquelas ligadas à transmissão de patrimônio, transmissão de nomes e constituição das linhagens de descendência. Outras relações de parentesco seriam menos reguladas socialmente, e haveria mais espaço para manifestação de afetos e emoções mais ou menos “espontâneos” nessas relações (Araújo e Castro, 1977).⁴

Esta perspectiva que opõe *interesse* e *afeto* na reflexão sobre parentesco e famílias perdeu muito da legitimidade de que já desfrutou. A perspectiva que adoto para pensar relações familiares compreende que as dimensões que podemos analiticamente tentar recortar como “afeto” e “interesse material”, “emoção” e “obrigação” podem aparecer muito misturadas na experiência das pessoas (Medick e Sabeen, 1984). É relativamente recorrente que as pessoas se referiram às suas relações familiares em termos de obrigações cumpridas ou negligenciadas e de emoções ‘positivas’ ou ‘negativas’ – um modo de percepção, convém frisar, que nem sempre se faz acompanhar de uma reflexão sobre o caráter mais ou menos ‘homofóbico’ dessas relações. Embora este plano da experiência não seja necessariamente visto como ‘político’ pelos próprios atores sociais, entendo que tanto “obrigações” e “emoções” expressam relações de poder e exercem efeitos regulatórios

3 Pesquisa aplicada na Parada Gay do Rio de Janeiro de 2004 sugere que experiências de discriminação tendem a ser percebidas e reportadas, mais recorrentemente, em círculos íntimos. Dentre os respondentes, 27% relataram ter vivenciado experiências de discriminação no ambiente familiar – cifra ultrapassada somente pelo círculo de amigos e vizinhos, assinalado por 33,5% dos sujeitos. O trabalho levanta a dupla hipótese os círculos íntimos seriam espaços em que a orientação sexual estaria mais sujeita a ser visibilizada (propiciando o contexto para situações de discriminação) e onde atitudes estigmatizantes impactariam mais fortemente a percepção do sujeito (o que explicaria a maior notificação dessas experiências). No ranking dos espaços em que ocorrem situações de agressão física ou verbal, a “casa” ocupa também o segundo lugar, contabilizando 15% das respostas (Carrara e Ramos, 2005). Materiais relativamente congruentes são apresentados em pesquisa conduzida em 2006 na Parada do Orgulho GLBT da cidade de São Paulo, aplicando questionário semelhante (Facchini et al, 2007). O estudo comporta ainda o interessante dado de que 81% dos jovens de 16-18 anos relatam ter sofrido algum tipo de experiência de discriminação, contra somente 54% das pessoas acima de 40 anos. Os organizadores do relatório observam que essa diferença nas respostas pode sinalizar tanto para uma percepção mais aguçada dessas experiências entre os jovens quanto para uma maior exposição a tais situações. Na pesquisa do Rio de Janeiro, 78% dos respondentes já se assumiram para familiares e 89,9% para os amigos, contra 3,5% que declarou “ainda não ter se assumido”. Esses dados apontam para a experiência de sujeitos que aderem, em algum grau, ao movimento de visibilização e afirmação das identidades LGBT na esfera pública.

⁴ Esta oposição marcava certas relações como sendo mais propriamente “sociais” do que outras: onde não houvesse constrangimentos e regras apreensíveis, os indivíduos seriam mais livres para exibir suas propensões pessoais. Esse raciocínio se aplicava a dicotomias equivalentes, como as oposições entre interesse e afeto, razão e emoção, etc.



sobre a vida das pessoas que precisam ser investigados. Acompanho aqui uma linha de reflexão proposta por Abu-Lughod e Lutz (1990). Em uma perspectiva de inspiração foucaultiana, as autoras sugerem que os discursos sobre a emoção representam no ocidente mecanismos de sujeição muito eficientes, que extraem grande parte sua força de uma conexão implícita com a noção de “natureza”. Esta abordagem pode ajudar a colocar em perspectiva a dimensão propriamente política das relações familiares e do valor atribuído à “família”. De que formas o discurso sobre as “emoções” investidas nas relações familiares está implicado na regulação da conduta dos sujeitos? A noção de que o significado do parentesco no Ocidente moderno está associado à esfera privada (por oposição a seu papel constitutivo da ordem política nas sociedades ‘não-ocidentais’) encobre as formas pelas quais o parentesco pode ser um poderoso símbolo político, mobilizando afetos intensos em sua defesa contra supostas ameaças (Carsten, 2004: 154-155). Esta abordagem possibilita visibilizar relações de poder implicadas nesta faceta da ‘vida privada’. Que formas de sujeição, disputa e controle podem estar em jogo – por exemplo – em nome do “amor” pelos familiares?

Estes discursos sobre emoção emergem associados a certas formas de falar sobre relações sociais. Um primeiro *insight* que venho perseguindo pra pensar esses idiomas da relacionalidade entre jovens gays vem da recorrência com que tenho observado o uso de categorias situadas na mancha semântica do termo “aceitação” na fala das pessoas.⁵ Alguns sujeitos que aderem a identidades gays conferem bastante relevância a essa categoria pra falar de relações com terceiros (“meus amigos me aceitam”, “minha família não aceita”) e de relações consigo mesmo (“naquela época, eu não me aceitava”). A recorrência do emprego deste termo por homossexuais no discurso sobre si já foi notada por Natividade (2008), entre homens gays evangélicos, a propósito da relação com Deus. O exercício que proponho é refletir sobre a pista etnográfica da relevância da categoria *aceitação*, a partir dos seus contextos de uso, focando particularmente a esfera das relações

⁵ Como lembra Schneider (1968: 10), a cultura não se esgota na linguagem, mas esta última pode propiciar ferramentas para a produção de dados e modelos analíticos acerca da primeira. A proposta teórico-metodológica de Schneider, em sua pesquisa sobre o sistema de parentesco americano, era tratar a cultura como um nível de realidade que poderia ser analiticamente isolado com relação às evidências empíricas sobre comportamentos desempenhados pelos sujeitos, visando explicitar os “símbolos centrais” da cultura. A ‘morfologia social’ de um determinado grupo ou segmento só seria relevante na medida em que sinalizasse para elaborações simbólicas. As palavras, entendidas como símbolos, propiciariam o caminho para uma primeira aproximação às “unidades culturais” e às relações formadas entre estas em um dado sistema cultural. Um ponto interessante dessa perspectiva é considerar que um mesmo “símbolo” pode assumir sentidos muito plurais: a tarefa a ser desenvolvida é investigar os diferentes sentidos que podem ser assumidos por uma palavra, as circunstâncias que tornam relevante este ou aquele sentido, e as relações estabelecidas entre os múltiplos sentidos. Meu interesse pela categoria “aceitação” é inspirado por esta problematização: qual a rede de significados que se abre em torno desta expressão, nos seus usos para falar da relacionalidade de pessoas LGBT?



familiares. O sujeito que deseja ser *aceito*, deseja ser *aceito como, por quem, onde?* O que significa *ser aceito*, para pessoas que compreendem e consideram relevante a experiência da *aceitação*?

Apresento a seguir um relato de uma cena de relações familiares que pode alimentar essa reflexão. O informante que me forneceu este relato, que vou chamar aqui de “Bruno”, é um jovem na faixa dos vinte e poucos anos, pertencente a uma família relativamente desprovida de recursos da periferia do Rio de Janeiro, que conseguiu uma relativa ascensão social por ter ingressado nos quadros do serviço público após concluir o ensino médio profissionalizante. Bruno afirma que mora com sua família por opção, que *gosta* da companhia dos pais, e procura *ajudá-los* contribuindo para a casa financeiramente e no desempenho eventual de tarefas do cotidiano doméstico. Fui apresentado a Bruno por um conhecido em comum, também gay, que mantém com ele laços de amizade há vários anos. O depoimento foi fornecido por Bruno, espontaneamente, ao saber que eu era pesquisador e estava preparando uma tese sobre relações familiares – conversa que teve lugar em uma mesa de bar, com a presença de nosso conhecido em comum e de dois outros amigos dele.⁶ Bruno vivia, então, relacionamento amoroso há cerca de dois anos com um jovem também residente na periferia do Rio, que exerce ocupações de nível fundamental e que Bruno procurava, nas suas próprias palavras, *ajudar* de todas as formas possíveis. Bruno e seu namorado - vamos chamá-lo, aqui, de Cláudio – moram, ambos, com suas famílias de origem, freqüentam a casa um do outro. Contudo, até muito recentemente, ninguém em suas respectivas redes familiares sabia acerca da orientação sexual desses jovens, e sua relação era percebida apenas como uma amizade muito intensa. Cláudio realizou, diversas vezes, serviços para a família de Bruno, o que é interpretado por este, também como um tipo de *ajuda* mútua. Recentemente, Bruno conseguira para Cláudio uma inserção, como prestador de serviços temporário, na mesma instituição em que trabalha.

Um aspecto da conduta de Cláudio que é motivo de queixa para Bruno é que Claudio costuma, recorrentemente, *ficar e transar* com mulheres, dedicando a essas atividades uma parcela de seu tempo livre e em eventualmente deixando de estar com Bruno para freqüentar espaços de sociabilidade heterossexual. Bruno não considera essas experiências sexuais do namorado “infidelidade” ou “traição”, mas se ressentido pelo fato de que passam menos tempo juntos. Pergunto a Bruno se o namorado dele se considera *gay*, e Bruno reage com certa perplexidade, dizendo que o Cláudio *se aceita*, que provavelmente ele se vê como *gay*, mas que eles nunca tinham conversado a esse respeito explicitamente. Bruno considera que as experiências de Cláudio com mulheres seriam apenas ‘diversão’, tanto que ele não estabelecia relação de namoro com nenhuma delas. Contudo,

⁶ O depoimento não foi gravado, mas reconstituído posteriormente, da forma mais fiel possível, a partir do registro em diário de campo.



Bruno observa que durante muito tempo se questionou se Cláudio não estaria namorando com ele apenas por *interesse*, e não por *sentimento*. Bruno diz que gosta muito de carinho e contato físico, beijar, abraçar, e considera Cláudio *distante e frio* nesse aspecto. Eventos recentes estavam fazendo, no entanto, com que Bruno reavaliasse essa suspeita acerca de Cláudio.

Neste ponto, Bruno relatou uma situação vivida por Cláudio poucos dias antes. Após um desentendimento com sua mãe – Bruno não forneceu maiores detalhes sobre esse conflito – Cláudio contou pra esta que estava *namorando um homem*. Nas palavras de Bruno: “ele não disse que era gay, de repente isso ajudou ela a *aceitar*, pois ela sabe que ele sai com mulheres também, mas ele disse que estava namorando um homem”. Bruno relata que, face essa declaração, a mãe de Cláudio pressionou o filho para que este revelasse quem era esse tal homem com quem ele estava se relacionando – que ela tinha direito de saber, já que Cláudio morava *debaixo do mesmo teto* que ela. Cláudio revela, então, a identidade do namorado. A reação da mãe surpreendeu tanto Cláudio quanto Bruno. Após um silêncio grave, a mãe de Cláudio externou um comentário: “Bom... pelo menos você escolheu bem”.

Bruno acrescentou, a essa narrativa, duas observações que interessa aqui destacar. A primeira é que a mãe de Cláudio *gosta* muito de Bruno, e o tratava *quase como um filho*, um fato que, na opinião deste último, ajuda a explicar porque ela *pareceu aceitar* a relação de ambos. Ela era particularmente grata a Bruno por este ter conseguido um emprego para seu filho, e considerava Bruno um rapaz *responsável e ajuizado*. A segunda observação feita por Bruno que eu queria destacar diz respeito ao modo como este interpreta a atitude tomada por Cláudio, ao revelar pra mãe a identidade do namorado. Nas palavras de Bruno:

“ele não precisava ter dito que era eu, não precisava ter contado que era eu o namorado dele. Eu tinha sempre aquela dúvida, se ele não estaria ficando comigo só por interesse, mas agora nem sei, né? Depois de ele ter assumido a nossa relação como namoro diante da mãe dele, eu acho que isso é um sinal de que ele gosta mesmo de mim, de que pra ele a relação é séria, mesmo que ele não demonstre do mesmo jeito que eu”

A esta altura, poderíamos nos perguntar o que esta cena revela sobre a micropolítica que entrelaça noção de *aceitação* a discursos sobre a emoção. Finalizo retomando alguns pontos que desenvolvidos acima, na tentativa de traçar algumas destas conexões. Bruno se refere às relações com o namorado e com a família do namorado como de *ajuda* e de *afeto* – o mesmo idioma que emprega pra falar de sua relação com sua própria família. O *interesse* é percebido como uma espécie de espectro que ameaça marcar certas relações como inautênticas ou desvalorizadas com relação àquelas em que o afeto prevalece. Contudo, embora assombrada pelo interesse material, essa narrativa como um todo sinaliza para um jogo de *trocas* que entrelaça dimensões objetivas e



subjetivas da vida dos sujeitos. A categoria *interesse*, que incide sobre Cláudio como uma espécie de suspeita, se faz ausente quando Bruno evoca sua relação com a mãe do parceiro, que é caracterizada com um colorido afetivo. Onde a narrativa enfatiza o vínculo emocional, obrigações e trocas materiais se tornam – aparentemente – irrelevantes.

De um ponto de vista analítico, acredito que essa narrativa fala de negociações que não visam necessariamente a obtenção de benefícios ou a satisfação de interesses pessoais, mas a manutenção de relações sociais cultivadas. A expressão emocional e as expectativas estabelecidas em torno desta são formas de exprimir a negociação dessas relações, podendo ser acionadas como justificção para a conduta. A aparente “aceitação” da mãe de Cláudio facilita a manutenção de seu vínculo com o filho e com Bruno, sendo justificada – do ponto de vista deste último – pelo afeto que a mãe do parceiro lhe dedica. Uma atitude diametralmente oposta, como colocar o filho pra fora de casa, por exemplo, teria uma série de *custos* sociais e emocionais, decorrentes do rompimento dessas relações. Ainda que estes custos não sejam diretamente evocados pela narrativa, e mesmo que não tenham atravessado a consciência do narrador ou dos personagens envolvidos na história, correspondem a uma espécie de pano de fundo implícito para a cena. Como lembram Medick e Sabeen (1984), a interconexão entre momentos “objetivos” e “subjetivos” da vida familiar é um fenômeno de difícil apreensão, posto que nem sempre a experiência familiar é percebida e verbalizada do mesmo modo e com o mesmo grau de elaboração em diferentes contextos. Se por um lado os interesses materiais não devem ser descartados pelo simples fato de não serem verbalizados, por outro o reconhecimento da dimensão material das trocas não anula seu componente afetivo.

O relato analisado sinaliza para formas de falar sobre relações com a família de origem em que a relativa *aceitação* da orientação sexual dissidente não é medida por meio da oposição ‘homofobia’ *versus* ‘tolerância’, mas pelas tensões e articulações entre compromissos morais, vínculos afetivos e interesses materiais. A *aceitação* parece envolver um jogo complexo de negociações implicando expectativas de expressão emocional no cultivo e gestão de relações sociais. A análise destes usos da linguagem e das dinâmicas de interação correlatas revela-se, deste modo, crucial para se compreender as formas pelas quais pessoas que vivenciam formas da diversidade sexual conferem sentido às relações em que tomam parte e orientam suas condutas na vida social.



Bibliografia

- ABU-LUGHOD, Lila e LUTZ, Catherine A. (1990), "Introduction: emotion, discourse, and the politics of everyday life", in Lila Abu-Lughod e Catherine Lutz, *Language and politics of emotion*, Cambridge, Cambridge University Press.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquén de; CASTRO, Eduardo Viveiros de (1977). "Romeu e Julieta e a Origem do Estado". In: VELHO, Gilberto, (org). *Arte e Sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 130-169.
- CARSTEN, Janet (2000). *Cultures of Relatedness: new approaches to de study of kinship*. London: Cambridge University Press.
- _____ (2004). *After Kinship*. London: Cambridge University Press.
- FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins; VENTURI, Gustavo. *Sexualidade, Cidadania e Homofobia: pesquisa 10ª parada do orgulho GLBT de São Paulo - 2006*. São Paulo: APOGLBT, 2007.
- FONSECA, Cláudia. (2007). "Apresentação – de família, reprodução e parentesco: algumas considerações". In *Cadernos Pagu*, número 29, Campinas: SP, Núcleo de estudos de Gênero/Unicamp, p. 9-35.
- GROSSI, Miriam Pillar; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz (orgs). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- MEDICK, Hans; SABEAN, David. "Interest and emotion in family and kinship studies: a critique of social history and anthropology". In Medick, Hans and Sabeian, David (eds) *Interest and Emotion: Essays on the study of family and kinship*. Cambridge University Press, 1984. pp 09-27
- MELLO, Luiz. "Outras Famílias: a construção social da conjugalidade homossexual no Brasil" in *Cadernos Pagu*. Campinas: UNICAMP, n. 24, 2005.
- NATIVIDADE, Marcelo Tavares (2008). *Deus me aceita como eu sou? A disputa sobre o significado da homossexualidade entre evangélicos no Brasil*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGSA/ IFCS/ UFRJ.
- PECHENY, Mário (2004). "Identidades Discretas" in Rios, Luis Felipe (et al) *Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde*. Rio de Janeiro: RJ, ABIA.
- POLLAK, Michael (1990). *Os homossexuais e a AIDS: sociologia de uma epidemia*. São Paulo: Estação Liberdade.
- RIOS, Luis Felipe; ALMEIDA, Vagner de; PARKER, Richard (orgs). *Juventude e Homossexualidade: o que os pais precisam saber*. Rio de Janeiro: ABIA, 2005. 28 p.
- SCHNEIDER, David M (1968). *American Kinship: a cultural account*. New Jersey: Prentice-Hall, 1968.
- TARNOVSKI, Flávio Luiz. "Pai é tudo igual? Significados da paternidade para homens que se autodefinem como homossexuais" in Piscitelli, Adriana (et al) *Sexualidade e Saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004



UZIEL, Anna Paula (2007). *Homossexualidade e adoção*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

YANAGISAKO, Sylvia e COLLIER, Jane. "Toward a unified analysis of gender and kinship". In: Yanagisako, S. and Collier, J. (eds) *Gender and Kinship: essays toward an unified analysis*. Stanford: Stanford University Press, 1987.